



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas	
CEIOP	
N.º Único	633858
Entrada/Saída n.º	268
Data	10/5/2019

Exm.º Senhor

Presidente da Comissão de Economia,  
Inovação e Obras Públicas

Deputado Helder Amaral

**Assunto: Requerimento para audição da Comissão de Bolseiros do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) sobre o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP)**

Em maio de 2017, os trabalhadores com vínculos precários do LNEC aderiram em grande número ao PREVPAP. Neste Laboratório do Estado, as situações de precariedade estendem-se, em média, há mais de 7 anos e, nalguns casos, há já 20 anos.

Em março de 2018, cerca de 80% dos requerentes receberam a seguinte informação da Comissão de Avaliação Bipartida (CAB) do então Ministério do Planeamento e Infraestruturas (MPI): "foi deliberado considerar que as funções que V. Exa. exerce correspondem a necessidades permanentes do LNEC e que o vínculo não é o adequado, pelo que a situação será sujeita a homologação por parte dos Ministros respetivos. Atendendo a que os elementos constantes do procedimento conduziram a uma decisão inteiramente favorável a V. Exa., deliberou-se não proceder à audiência dos interessados, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo."



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

### **Grupo Parlamentar**

Existiram 111 pareceres favoráveis a trabalhadores que exercem funções na carreira de investigação e nas carreiras gerais. Em todos os casos avaliados positivamente, a CAB MPI assume, na ficha de avaliação PREVPAP, que o requerente "executa as suas atividades nos mesmos termos que os demais trabalhadores do LNEC com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado."

Apesar disso, há mais de um ano que os requerentes aguardam pela homologação dos seus pareceres positivos. Relembre-se que a homologação é crucial para que possa ocorrer a extensão das bolsas, permitindo que estes trabalhadores não fiquem sem qualquer rendimento. Os atrasos que se vão somando neste processo em relação ao LNEC já resultaram em vários casos de trabalhadores com vínculo precário que, apesar do parecer positivo por parte da CAB, acabaram por ver as suas bolsas terminarem.

As declarações do Presidente da Comissão Coordenadora do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas em 4 de Abril lançaram novas preocupações.

Foi então afirmado que "é verdade que há um processo de homologação que envolve 111 pareceres favoráveis e 31 desfavoráveis. Foi homologado em março de 2019 pelo Ministro sectorial competente. É um caso em que a homologação envolve um juízo de adesão àquilo que é o objeto a homologar. A homologação corresponde a uma concordância com aquilo que é uma decisão sobre a qual versa a homologação e, neste caso, essa expressão de concordância está em curso de apreciação. Não há decisões tomadas sobre a homologação ou não homologação. Está a decorrer essa apreciação a saber se há na análise dos suportes documentais ali informação suficiente para aderir àquela que foi a apreciação maioritária, exceto no caso de uma dezena de investigadores contratados a termo."



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

Na reunião Plenária realizada em 26 de Abril, o Ministro das Finanças referiu que os casos referentes ao LNEC, bem como os de outros Laboratórios do Estado, teriam resposta no início do mês de Maio. Face às declarações do Coordenador do PREVPAP, os trabalhadores com vínculo precário do LNEC temem que ocorram alterações no sentido do não reconhecimento da sua situação. Como tal, é importante ouvi-los em sede de Comissão para que se possa conhecer o seu trabalho concreto e as tarefas que têm desempenhado na instituição.

O PCP considera que a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um vínculo efetivo. Os trabalhadores com vínculo precário do LNEC há vários anos suprem necessidades permanentes e contribuem com o seu trabalho para que este Laboratório de Estado, com mais de 70 anos de história, tenha tido até agora a capacidade de apoiar o Governo no cumprimento de atribuições basilares do Estado – designadamente, a salvaguarda de pessoas e bens através do controlo da segurança de obras importantes como pontes e barragens, assessoria técnica às entidades públicas contratantes de grandes obras públicas, bem como o controlo de qualidade de produtos de construção essenciais à segurança de pessoas e bens.

Assim, nos termos regimentais devidamente aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP vem, por este meio, apresentar o requerimento para a audição da Comissão de Bolseiros do LNEC em sede da 6.ª Comissão relativamente à aplicação do PREVPAP no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Palácio de S. Bento, 10 de Maio de 2019

Os deputados,

**BRUNO DIAS, ANA MESQUITA**

